

MOVIMENTOS E DESAFIOS DA INTERDISCIPLINARIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE: REFLEXÕES PARA UMA EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA

MOVEMENTS AND CHALLENGES OF INTERDISCIPLINARITY IN TEACHER TRAINING: REFLECTIONS FOR A TRANSFORMATIVE EDUCATION

Edivan Oliveira da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8706-3070>
eedivanssilva@gmail.com

RESUMO

Este estudo apresenta uma revisão bibliográfica sobre os movimentos e desafios relacionados à interdisciplinaridade na formação docente, com foco na implementação do Novo Ensino Médio no Brasil. O objetivo principal é examinar as implicações da interdisciplinaridade para a formação de professores no contexto das novas Diretrizes Curriculares Nacionais, destacando práticas pedagógicas capazes de promover uma educação transformadora. A metodologia utilizada baseia-se na análise de obras acadêmicas clássicas e contemporâneas que abordam formação docente, interdisciplinaridade e os impactos das recentes reformas educacionais. Os resultados apontam que o Novo Ensino Médio, com sua proposta de itinerários formativos e maior flexibilização curricular, demanda a capacitação de docentes para práticas pedagógicas interdisciplinares e transversais. Contudo, foram identificados desafios expressivos, como a fragmentação dos currículos de licenciatura, a formação insuficiente dos professores em práticas interdisciplinares e resistências institucionais às mudanças propostas. Entre as implicações práticas, destacam-se a necessidade de reestruturação dos programas de formação docente, a criação de espaços colaborativos entre diferentes áreas do conhecimento e o fortalecimento de políticas públicas que promovam a interdisciplinaridade como eixo estratégico da educação básica. Conclui-se que a implementação do Novo Ensino Médio, para alcançar seu caráter transformador, exige superação de obstáculos estruturais e investimento contínuo em uma formação docente crítica e colaborativa.

Palavras-chave: formação docente; interdisciplinaridade; Novo Ensino Médio; educação transformadora.

ABSTRACT

This study presents a bibliographic review on the movements and challenges related to interdisciplinarity in teacher education, with a focus on the implementation of the New High School curriculum in Brazil. The main objective is to examine the implications of interdisciplinarity for teacher education within the framework of the new National Curriculum Guidelines, emphasizing pedagogical practices capable of fostering transformative education. The methodology employed is based on the analysis of classical and contemporary academic works addressing teacher education, interdisciplinarity, and the impacts of recent educational reforms. The results indicate that the New High School, with its proposal for formative pathways and greater curricular flexibility, demands the preparation of teachers for interdisciplinary and transversal pedagogical practices. However, significant challenges were identified, such as the fragmentation of undergraduate curricula, insufficient teacher training in interdisciplinary approaches, and institutional resistance to the proposed changes. Practical implications include

the need for restructuring teacher education programs, creating collaborative spaces across different fields of knowledge, and strengthening public policies that position interdisciplinarity as a strategic axis of basic education. It is concluded that the implementation of the New High School, to achieve its transformative potential, requires overcoming structural barriers and continuous investment in critical and collaborative teacher education.

Keywords: teacher education. interdisciplinarity. New High School. transformative education.

INTRODUÇÃO

A interdisciplinaridade tem se destacado como uma abordagem educacional estratégica e necessária no enfrentamento dos desafios impostos pelas complexas transformações contemporâneas no campo da educação. No Brasil, este tema assume uma relevância ainda maior diante das reformas educacionais promovidas pelo Novo Ensino Médio, regulamentado pela Lei nº 13.415/2017. Essa proposta introduz itinerários formativos e a flexibilização curricular como elementos centrais, demandando um redimensionamento significativo das práticas pedagógicas e, conseqüentemente, da formação docente. Sob essa perspectiva, a preparação de professores para integrar saberes de diferentes áreas do conhecimento tornou-se uma exigência premente, reafirmando a importância de refletir sobre os movimentos e desafios que envolvem a interdisciplinaridade.

A necessidade de se investigar a interdisciplinaridade decorre não apenas de seu papel como instrumento para superar a fragmentação do saber, mas também de sua potencialidade para promover uma educação transformadora, voltada para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel na sociedade. Essa abordagem apresenta-se como uma via de integração entre os conhecimentos acadêmicos e a realidade vivenciada pelos estudantes, favorecendo a contextualização do ensino e o desenvolvimento de competências e habilidades alinhadas às demandas do século XXI. Entretanto, a concretização dessa proposta enfrenta barreiras estruturais e culturais, que incluem a organização curricular fragmentada nos cursos de licenciatura, a insuficiência de formação docente voltada para práticas interdisciplinares e as resistências institucionais às mudanças pedagógicas exigidas pelas novas diretrizes.

Neste contexto, o presente estudo se propõe a responder à seguinte questão norteadora: quais são os movimentos e desafios da interdisciplinaridade na formação docente, especialmente no contexto das exigências do Novo Ensino Médio? Para isso, adota-se como objetivo principal analisar as implicações da interdisciplinaridade na formação de professores, explorando práticas pedagógicas que possam contribuir para a construção de uma educação inclusiva, democrática e transformadora.

A metodologia utilizada baseia-se em uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, com ênfase na análise de obras clássicas e contemporâneas, bem como de documentos normativos que fundamentam as políticas educacionais vigentes. Entre os autores de referência, destacam-se Japiassu (1976), Fazenda (1995) e Freire (1996), cujas contribuições teóricas oferecem subsídios para uma compreensão aprofundada da interdisciplinaridade e de seus desafios no cenário educacional brasileiro. Adicionalmente, são analisados os marcos legais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio, que configuram o panorama das reformas em curso.

A justificativa para este estudo está ancorada na urgência de repensar as práticas formativas dos professores, de forma a capacitá-los para lidar com as demandas de um ensino cada vez mais integrado e significativo. O Novo Ensino Médio, ao propor a flexibilização curricular e a personalização dos percursos de aprendizagem, exige que os docentes dominem estratégias interdisciplinares que ultrapassem a mera articulação entre disciplinas, promovendo uma abordagem crítica e contextualizada. Neste sentido, compreender os movimentos e os desafios que permeiam a implementação da interdisciplinaridade é fundamental para viabilizar uma formação docente compatível com as transformações sociais e educacionais contemporâneas.

Contudo, reconhece-se que as discussões apresentadas neste estudo limitam-se a uma abordagem teórica, carecendo de investigações empíricas que validem e ampliem as reflexões aqui propostas. Pesquisas futuras, de caráter qualitativo e quantitativo, poderão contribuir para a análise das práticas interdisciplinares em diferentes contextos educacionais, aprofundando a compreensão dos fatores que facilitam ou dificultam sua implementação. Por ora, espera-se que este trabalho contribua para o debate acadêmico e inspire novas estratégias pedagógicas voltadas para a formação de uma sociedade mais crítica, reflexiva e justa.

MOVIMENTOS E DESAFIOS DA INTERDISCIPLINARIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE

A interdisciplinaridade é um conceito amplamente discutido nos estudos educacionais, apresentando-se como uma estratégia essencial para a integração de conhecimentos e a superação da fragmentação curricular. Conforme aponta Fazenda (1995), a interdisciplinaridade não se restringe à articulação entre disciplinas, mas busca uma visão mais ampla, em que o diálogo entre os saberes potencializa o aprendizado e promove uma educação mais significativa. Neste contexto, a formação docente desempenha papel crucial, pois os professores são os agentes responsáveis por operacionalizar práticas interdisciplinares no cotidiano escolar.

A Interdisciplinaridade na Educação

A interdisciplinaridade emerge como uma resposta à fragmentação do conhecimento, um fenômeno intensificado no século XX em decorrência do avanço da especialização nas diversas áreas do saber. No campo educacional, essa compartimentalização resultou em currículos rígidos e disciplinarizados, limitando as possibilidades de integração e diálogo entre diferentes áreas do conhecimento. Nesse cenário, o conceito de interdisciplinaridade ganhou relevância, buscando articular os saberes e superar as barreiras epistemológicas que inviabilizam uma compreensão ampla e contextualizada da realidade (Japiassu, 1976).

Segundo Japiassu (1976), a interdisciplinaridade caracteriza-se como um intercâmbio entre disciplinas, no qual há uma interação mútua e colaborativa para a construção de um saber integrado. Essa abordagem rompe com a lógica da superposição de conteúdos isolados e propõe uma perspectiva holística, onde os conhecimentos interagem para oferecer uma compreensão mais completa e significativa. Para Fazenda (1995), a interdisciplinaridade não é apenas uma metodologia de ensino, mas uma atitude epistemológica e pedagógica que promove o diálogo entre diferentes campos do saber, potencializando a aprendizagem.

No contexto brasileiro, a interdisciplinaridade adquiriu centralidade com a implementação do Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), que estabelece itinerários formativos e flexibilização curricular como elementos fundamentais para a organização do ensino. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça essa perspectiva ao propor competências e habilidades que integrem múltiplas áreas do conhecimento, enfatizando a necessidade de articular conteúdos de forma contextualizada e alinhada às demandas sociais e culturais (Brasil, 2018). Nesse sentido, a interdisciplinaridade não apenas amplia as possibilidades pedagógicas, mas também fortalece a conexão entre os saberes escolares e as vivências dos estudantes, promovendo um ensino mais relevante e significativo.

Apesar de sua relevância teórica e potencial transformador, a implementação de práticas interdisciplinares na educação enfrenta desafios consideráveis. Entre eles, destaca-se a resistência institucional, decorrente de estruturas educacionais historicamente rigidamente organizadas em torno de disciplinas isoladas. Essa resistência reflete-se na dificuldade de articular os diferentes componentes curriculares, especialmente em escolas que mantêm modelos tradicionais de ensino, onde o diálogo entre áreas do conhecimento é visto como secundário ou até inviável (Pacheco, 2008).

Outro entrave significativo é a formação docente, que muitas vezes não prepara os professores para lidar com a complexidade e a pluralidade dos saberes que a interdisciplinaridade exige. Conforme Imbernón (2010), os cursos de licenciatura no Brasil ainda seguem uma lógica disciplinarizada, com pouca ênfase em estratégias pedagógicas integradoras. Como resultado, os professores enfrentam dificuldades em planejar e implementar práticas interdisciplinares no cotidiano escolar, muitas vezes por falta de referências teóricas e metodológicas adequadas.

Adicionalmente, o desenvolvimento de práticas interdisciplinares requer mudanças na cultura escolar, incluindo a valorização do trabalho colaborativo entre os docentes. Em um sistema educacional historicamente marcado por individualismo e competição, promover a integração entre diferentes áreas do conhecimento implica superar barreiras culturais e institucionais, além de fomentar políticas públicas que incentivem a interdisciplinaridade como eixo central do ensino básico.

Nesse contexto, a interdisciplinaridade se apresenta como uma possibilidade concreta de transformação educacional, mas sua consolidação depende de um esforço coletivo que abranja a formação inicial e continuada dos professores, a reestruturação curricular, e o fortalecimento de iniciativas que promovam a colaboração entre os diferentes campos do saber. Por meio de uma abordagem interdisciplinar, a educação pode transcender a mera transmissão de conteúdos, promovendo uma aprendizagem mais significativa, contextualizada e emancipadora, alinhada às demandas do século XXI.

Formação Docente e Interdisciplinaridade

A formação docente constitui um espaço crucial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que transcendam a simples transmissão de conteúdos, permitindo que o professor atue como um mediador reflexivo e crítico no processo educativo. Conforme Freire (1996), o papel do educador vai além de ser um reproduzidor de saberes; ele deve se comprometer com a criação de condições que possibilitem uma prática educativa transformadora, enraizada no diálogo, na problematização e na construção coletiva do conhecimento. Essa perspectiva exige uma formação docente que capacite os professores a abordar a educação de maneira contextualizada, crítica e emancipadora, elementos que encontram na interdisciplinaridade uma de suas principais ferramentas.

No âmbito da interdisciplinaridade, o professor assume uma posição de articulador entre diferentes áreas do saber, promovendo conexões que permitem a construção de um conhecimento mais integrado e significativo para os estudantes. A partir de uma perspectiva interdisciplinar, os problemas e desafios apresentados na sala de aula podem ser analisados sob múltiplos ângulos, permitindo a aproximação da escola com a realidade vivida pelos alunos. Essa prática favorece não apenas o desenvolvimento de competências cognitivas, mas também de habilidades socioemocionais e cidadãs, essenciais para enfrentar as demandas do século XXI.

Contudo, no Brasil, a formação docente ainda enfrenta barreiras significativas que dificultam a incorporação efetiva da interdisciplinaridade como eixo central das práticas pedagógicas. Um dos principais entraves é a fragmentação dos currículos dos cursos de licenciatura, historicamente estruturados de maneira disciplinarizada e compartimentalizada. Como aponta Imbernón (2010), essa lógica curricular limita a possibilidade de formar professores com uma visão integrada do conhecimento, restringindo sua capacidade de planejar e implementar práticas interdisciplinares no contexto escolar.

A predominância de currículos focados em disciplinas isoladas resulta em um déficit de formação voltada para a integração dos saberes, essencial para atender às exigências do Novo Ensino Médio. Esse modelo disciplinarizado desconsidera a necessidade de preparar os professores para trabalhar com itinerários formativos e competências transversais, que demandam articulação entre diferentes campos do conhecimento. Assim, a formação inicial oferecida nas licenciaturas muitas vezes não proporciona as ferramentas teóricas e práticas

necessárias para que os docentes implementem estratégias pedagógicas interdisciplinares, refletindo uma lacuna estrutural que compromete a efetividade das reformas educacionais.

Além disso, os programas de formação continuada, que poderiam suprir parte dessas lacunas, também carecem de uma abordagem mais direcionada à interdisciplinaridade. Muitas iniciativas de capacitação docente ainda priorizam a atualização de conteúdos específicos, sem considerar a importância de desenvolver metodologias que promovam o diálogo entre disciplinas. Como consequência, os professores encontram dificuldades para implementar práticas integradoras em sala de aula, perpetuando modelos de ensino fragmentados que não atendem às demandas da contemporaneidade.

Outro aspecto relevante é a ausência de uma cultura de colaboração e diálogo nas escolas e instituições de ensino. A interdisciplinaridade exige um trabalho conjunto entre professores de diferentes áreas, algo que muitas vezes esbarra em barreiras culturais e institucionais, como a falta de tempo para planejamento coletivo, a sobrecarga de trabalho docente e a ausência de espaços estruturados para trocas pedagógicas. Para superar esses desafios, é necessário investir em políticas públicas que incentivem a formação de comunidades de aprendizagem e a valorização de práticas interdisciplinares.

A formação docente, nesse sentido, deve ser repensada como um espaço dinâmico e contínuo de construção de saberes, que articule teoria e prática e promova o desenvolvimento de competências interdisciplinares. Isso implica reestruturar os currículos das licenciaturas, incorporando disciplinas que enfatizem o planejamento e a execução de práticas integradas, além de fomentar a pesquisa e a experimentação pedagógica. Além disso, é fundamental que os programas de formação continuada ofereçam oportunidades para que os professores desenvolvam habilidades específicas para o trabalho interdisciplinar, como a resolução de problemas em equipe, o planejamento colaborativo e a mediação de debates interdisciplinares.

Portanto, enquanto a formação docente no Brasil não incorporar a interdisciplinaridade como eixo estruturante, os desafios associados à implementação de práticas pedagógicas integradoras continuarão a limitar o potencial transformador do ensino. Investir em uma formação inicial e continuada que valorize o diálogo entre os saberes e prepare os professores para lidar com a complexidade da realidade contemporânea é um passo essencial para consolidar uma educação mais inclusiva, democrática e alinhada às demandas do Novo Ensino Médio.

Educação Transformadora e o Novo Ensino Médio

A noção de uma educação transformadora, profundamente articulada ao pensamento de Freire (1996), posiciona o ato educativo como um espaço de emancipação e construção da liberdade. Para Freire, a educação não pode ser vista como um processo neutro ou meramente técnico, mas como um instrumento de mudança social que permite aos indivíduos compreenderem criticamente a realidade e agirem sobre ela. Essa perspectiva coloca o educador como mediador, capaz de instigar reflexões e fomentar a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento, conectando o ambiente escolar às demandas e desafios do mundo contemporâneo.

Nesse contexto, o Novo Ensino Médio, instituído pela Lei nº 13.415/2017 e norteado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), emerge como uma proposta que busca reorganizar o ensino médio brasileiro, introduzindo itinerários formativos e flexibilização curricular. A intenção é criar condições para uma educação mais significativa, que atenda às necessidades individuais dos estudantes e promova trajetórias de aprendizado personalizadas. A abordagem flexibiliza o currículo, oferecendo aos estudantes a oportunidade de escolherem percursos de formação alinhados às suas vocações, interesses e projetos de vida, enquanto mantém uma base comum para todos (Brasil, 2018).

A proposta do Novo Ensino Médio alinha-se à perspectiva de uma educação transformadora ao propor a articulação de competências técnicas, sociais, emocionais e cognitivas como elementos estruturantes do currículo. A introdução dos itinerários formativos

não apenas amplia a autonomia dos estudantes, mas também representa uma ruptura com o modelo tradicional, disciplinarizado e homogêneo que há muito domina o ensino médio no Brasil. Ao abrir espaço para que os jovens possam exercer escolhas e desenvolver projetos de vida, a proposta reconhece a diversidade de contextos e aspirações que compõem a realidade dos estudantes brasileiros.

Entretanto, a concretização de uma educação transformadora, como defendida por Freire (1996), não depende exclusivamente das políticas públicas ou da reestruturação curricular. É imprescindível que haja uma profunda revisão das práticas pedagógicas e do papel desempenhado pelos professores nesse processo. A centralidade do professor como articulador de saberes e promotor de reflexões críticas coloca a formação docente no centro do debate sobre a implementação do Novo Ensino Médio. A perspectiva transformadora exige que o professor seja capaz de mediar os itinerários formativos de maneira interdisciplinar, contextualizada e conectada às experiências e expectativas dos estudantes.

Embora o Novo Ensino Médio represente uma oportunidade para reconfigurar o papel da escola e dos professores, sua efetivação enfrenta desafios substanciais. Conforme argumenta Moraes (2015), o sucesso de reformas educacionais como essa depende não apenas do desenho das políticas públicas, mas, sobretudo, da formação e do engajamento dos docentes responsáveis por colocá-las em prática. No caso do Brasil, os professores enfrentam obstáculos significativos, que incluem desde a ausência de formação específica para trabalhar com a lógica dos itinerários formativos até a resistência institucional às mudanças propostas.

Um dos desafios centrais reside na necessidade de os professores planejarem e executarem práticas pedagógicas interdisciplinares, conforme requer o Novo Ensino Médio. Isso exige a capacidade de integrar conteúdos de diferentes áreas do conhecimento, articulando-os de maneira a promover aprendizagens mais significativas e contextualizadas. No entanto, muitos docentes não foram formados para trabalhar com essa abordagem, devido à predominância de currículos de licenciatura disciplinarizados e ao déficit de programas de formação continuada voltados para a interdisciplinaridade (Imbernón, 2010).

Adicionalmente, as condições estruturais e culturais das escolas representam um obstáculo à implementação de práticas inovadoras. A falta de recursos materiais e tecnológicos, a sobrecarga de trabalho docente e a escassez de tempo para o planejamento colaborativo limitam as possibilidades de uma abordagem pedagógica interdisciplinar e contextualizada. Além disso, a resistência cultural à mudança, tanto por parte de gestores quanto de professores, perpetua práticas educativas tradicionais que não dialogam com as demandas do Novo Ensino Médio.

Para que o Novo Ensino Médio alcance seu potencial transformador, é indispensável investir em estratégias que fortaleçam a formação e o engajamento dos professores. Isso inclui a reestruturação dos currículos dos cursos de licenciatura, de forma a incorporar disciplinas e experiências que enfatizem a interdisciplinaridade e a integração entre saberes. Adicionalmente, é fundamental que os programas de formação continuada ofereçam aos professores ferramentas teóricas e práticas para trabalhar com os itinerários formativos e com a lógica da flexibilização curricular.

Outro aspecto essencial é a criação de espaços de colaboração nas escolas, que permitam o planejamento conjunto entre professores de diferentes áreas do conhecimento. Esses espaços podem fomentar a troca de experiências, a construção coletiva de projetos interdisciplinares e o desenvolvimento de uma cultura de trabalho integrada. Para isso, é necessário que gestores educacionais e políticas públicas incentivem a criação de condições institucionais que favoreçam a interdisciplinaridade, como a oferta de tempo remunerado para planejamento e a formação de grupos de estudo e pesquisa.

Além disso, o fortalecimento da infraestrutura escolar é indispensável para garantir que a implementação do Novo Ensino Médio não se limite a uma proposta teórica, mas se traduza em

práticas concretas e acessíveis a todos os estudantes. Isso inclui a disponibilização de recursos didáticos, tecnológicos e humanos que possibilitem a realização de projetos interdisciplinares e a personalização das trajetórias de aprendizado.

A educação transformadora, no contexto do Novo Ensino Médio, é uma oportunidade de repensar a função social da escola e de redefinir o papel do professor como agente de mudança e emancipação. Entretanto, para que essa transformação ocorra, é necessário superar os desafios que limitam a implementação das propostas curriculares, investindo em formação docente, infraestrutura escolar e mudanças culturais e institucionais. Somente com um esforço coletivo será possível consolidar uma educação que não apenas prepare os estudantes para o mercado de trabalho, mas que os habilite a atuar como cidadãos críticos e engajados na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Como ressalta Freire (1996), a educação transformadora é aquela que reconhece os sujeitos como protagonistas do processo de aprendizado, promovendo sua autonomia e libertação.

Limitações e Possibilidades

A interdisciplinaridade é amplamente reconhecida como uma abordagem inovadora e transformadora, capaz de promover a integração de saberes e oferecer aos estudantes uma educação mais significativa e contextualizada. No entanto, sua aplicação prática no sistema educacional enfrenta uma série de desafios estruturais, culturais e formativos, que dificultam sua consolidação como eixo central das práticas pedagógicas. Esses desafios estão enraizados em fatores históricos, políticos e institucionais, que contribuem para a manutenção de uma visão fragmentada do conhecimento no âmbito escolar.

Conforme Fazenda (1995), uma das principais barreiras à implementação da interdisciplinaridade decorre de uma visão fragmentada do conhecimento, profundamente enraizada no sistema educacional brasileiro. Essa fragmentação reflete-se na organização dos currículos escolares, que, em grande parte, seguem uma lógica disciplinarizada e compartimentalizada. O modelo tradicional, focado em disciplinas isoladas, não apenas dificulta a articulação entre diferentes áreas do saber, mas também limita as possibilidades de abordagem de problemas complexos e reais, que exigem uma perspectiva integrada.

Além disso, a resistência cultural à interdisciplinaridade, tanto por parte de professores quanto de gestores educacionais, representa outro entrave significativo. Muitos profissionais ainda percebem a interdisciplinaridade como uma abordagem que sobrecarrega o planejamento pedagógico ou que carece de uma fundamentação teórica sólida. Essa resistência é amplificada pela ausência de políticas públicas claras e consistentes que incentivem a prática interdisciplinar e pela falta de condições institucionais adequadas, como tempo para planejamento coletivo e recursos pedagógicos que facilitem a integração de saberes.

A formação docente também se destaca como uma das principais limitações à implementação da interdisciplinaridade. Muitos cursos de licenciatura no Brasil ainda são organizados de maneira disciplinarizada, oferecendo pouca ou nenhuma ênfase na preparação de professores para práticas interdisciplinares (Imbernón, 2010). Esse cenário é agravado pela carência de programas de formação continuada que enfoquem a interdisciplinaridade como um eixo estratégico para o ensino. Como resultado, os professores encontram dificuldades para planejar e executar atividades que integrem diferentes áreas do conhecimento, perpetuando práticas pedagógicas fragmentadas.

Apesar das limitações mencionadas, experiências bem-sucedidas de práticas interdisciplinares demonstram que é possível superar os entraves estruturais e culturais e promover uma educação mais integrada e significativa. Projetos educacionais que integram diferentes áreas do conhecimento, como iniciativas de ensino por projetos e metodologias ativas, têm mostrado resultados positivos tanto no engajamento dos alunos quanto na qualidade do aprendizado. Esses projetos permitem que os estudantes explorem temas de maneira contextualizada, aplicando conhecimentos de diversas disciplinas para resolver problemas reais (PACHECO, 2008).

Um exemplo notável de prática interdisciplinar bem-sucedida é a adoção de metodologias baseadas em projetos interdisciplinares, nos quais os alunos trabalham em equipes para desenvolver soluções para questões complexas, como sustentabilidade ambiental, saúde pública ou tecnologia. Essas iniciativas não apenas promovem a integração de saberes, mas também estimulam competências socioemocionais, como trabalho em equipe, pensamento crítico e criatividade.

Outro aspecto promissor é a criação de espaços de colaboração entre professores de diferentes áreas, que podem trabalhar juntos para planejar e implementar atividades pedagógicas interdisciplinares. Esses espaços de diálogo e troca de experiências são essenciais para romper com a lógica isolada do trabalho docente e fomentar uma cultura de colaboração nas escolas. Além disso, o uso de tecnologias educacionais e plataformas digitais pode facilitar a implementação de projetos interdisciplinares, oferecendo recursos e ferramentas que promovam a integração entre disciplinas.

A proposta do Novo Ensino Médio, com seus itinerários formativos e flexibilização curricular, representa uma oportunidade única para consolidar a interdisciplinaridade como eixo estruturante do ensino médio brasileiro. Ao propor a personalização das trajetórias de aprendizado e a articulação entre diferentes áreas do conhecimento, o Novo Ensino Médio cria um ambiente propício para o desenvolvimento de práticas pedagógicas interdisciplinares. No entanto, sua efetivação depende diretamente do fortalecimento da formação docente e do engajamento dos profissionais da educação.

Para que a interdisciplinaridade se concretize no contexto do Novo Ensino Médio, é necessário investir em formação inicial e continuada que prepare os professores para trabalhar com metodologias interdisciplinares. Além disso, é imprescindível que as políticas públicas incentivem a criação de condições institucionais que favoreçam a prática interdisciplinar, como a oferta de recursos materiais e tecnológicos, a disponibilização de tempo para planejamento conjunto e a formação de comunidades de aprendizagem.

A interdisciplinaridade, quando articulada à formação docente e às propostas do Novo Ensino Médio, tem o potencial de transformar o sistema educacional brasileiro, promovendo uma educação mais inclusiva, democrática e alinhada às demandas do século XXI. Contudo, sua implementação requer um esforço coletivo que envolva instituições de ensino, gestores educacionais e os próprios professores. Como destaca Freire (1996), o compromisso com uma educação transformadora exige coragem para enfrentar os desafios e construir práticas pedagógicas que respeitem a pluralidade e promovam a emancipação dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Investir na interdisciplinaridade é investir em uma educação que transcenda a mera transmissão de conteúdos, permitindo aos estudantes desenvolver uma compreensão crítica e contextualizada da realidade. Para isso, é fundamental que todos os atores envolvidos no processo educacional assumam um compromisso conjunto com a construção de uma escola que valorize a integração de saberes, o diálogo e a formação integral dos sujeitos. Somente por meio desse esforço coletivo será possível superar as limitações existentes e concretizar as possibilidades transformadoras da interdisciplinaridade.

Metodologia de pesquisa

O presente estudo utiliza uma abordagem qualitativa fundamentada em uma revisão bibliográfica sistemática para analisar os movimentos e desafios associados à interdisciplinaridade na formação docente, especialmente no contexto das demandas impostas pelo Novo Ensino Médio. Essa escolha metodológica justifica-se pela natureza exploratória e descritiva da pesquisa, que busca compreender e sistematizar debates teóricos e práticos sobre o tema, fornecendo uma base sólida para discussões acadêmicas e educativas. A abordagem qualitativa é especialmente adequada para investigar fenômenos complexos como a interdisciplinaridade, pois permite uma análise detalhada das interações entre diferentes

perspectivas teóricas e práticas, além de possibilitar uma interpretação aprofundada de conceitos e dados documentais. Conforme Minayo (2001), a pesquisa qualitativa é caracterizada por sua capacidade de captar a essência dos fenômenos sociais, oferecendo subsídios para a compreensão de suas múltiplas dimensões e inter-relações.

A pesquisa foi estruturada em uma revisão bibliográfica que abrangeu tanto obras clássicas quanto contemporâneas relacionadas à formação docente, interdisciplinaridade e o impacto das reformas educacionais no Brasil. Entre os autores de referência, destacam-se Japiassu (1976), Fazenda (1995) e Freire (1996), cujas contribuições teóricas são essenciais para a análise do tema. Além disso, documentos normativos, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei nº 13.415/2017, que institui o Novo Ensino Médio, foram analisados como marcos regulatórios fundamentais para a compreensão do cenário educacional atual. As fontes utilizadas incluem livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais, coletados a partir de buscas em bases de dados acadêmicas, como Scielo, Google Scholar e repositórios institucionais. A seleção das fontes baseou-se em critérios como relevância temática, atualidade, impacto acadêmico e pertinência ao contexto educacional brasileiro.

Para a análise dos dados, foi adotada uma abordagem hermenêutica, que busca interpretar os textos em profundidade, considerando o contexto histórico, social e epistemológico de sua produção. A hermenêutica, conforme Gadamer (2008), é especialmente útil em estudos que envolvem conceitos complexos e multifacetados, como a interdisciplinaridade, pois permite identificar convergências, tensões e lacunas nas diferentes perspectivas teóricas. Os dados coletados foram organizados em categorias temáticas que serviram como eixos norteadores para a discussão, incluindo histórico e conceituação da interdisciplinaridade, análise dos fundamentos teóricos e das contribuições históricas para o entendimento da interdisciplinaridade no campo educacional, desafios na formação docente, identificação das limitações estruturais e culturais que dificultam a implementação da interdisciplinaridade nos cursos de licenciatura e na prática docente, além da interdisciplinaridade no Novo Ensino Médio, com a avaliação das implicações das reformas educacionais para a integração de saberes e a formação de professores capazes de atender às demandas do novo modelo curricular. A partir dessas categorias, a pesquisa buscou interpretar as inter-relações entre os diferentes elementos que compõem o tema, oferecendo uma visão integrada dos desafios e possibilidades associados à interdisciplinaridade.

Embora a metodologia adotada seja apropriada para a análise teórica do tema, é importante reconhecer suas limitações. A principal restrição do estudo é a ausência de dados empíricos, que poderiam complementar as discussões teóricas com evidências práticas sobre a implementação da interdisciplinaridade na formação docente e no contexto do Novo Ensino Médio. Essa limitação decorre do foco exclusivo na revisão bibliográfica, restringindo o alcance das conclusões à análise teórica. Dada a importância do tema e as lacunas identificadas, recomenda-se que pesquisas futuras combinem abordagens qualitativas e quantitativas para aprofundar a análise da interdisciplinaridade no campo educacional. Estudos empíricos, como entrevistas com professores, observação de práticas pedagógicas e análise de casos, podem oferecer insights valiosos sobre os desafios enfrentados pelos docentes e as estratégias utilizadas para integrar saberes no cotidiano escolar. Além disso, a aplicação de métodos quantitativos, como questionários e levantamentos estatísticos, pode contribuir para mapear a percepção de professores, gestores e estudantes sobre a interdisciplinaridade e sua eficácia na promoção de uma educação transformadora.

A metodologia adotada neste estudo visa contribuir para o avanço das discussões acadêmicas sobre a interdisciplinaridade, sistematizando o conhecimento existente e oferecendo um ponto de partida para reflexões mais aprofundadas. Ao articular teoria e prática, o estudo pretende fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas e programas de formação docente que valorizem a integração de saberes e promovam a consolidação de uma educação mais inclusiva, democrática e alinhada às demandas do século XXI.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica realizada revela aspectos centrais sobre os movimentos e desafios da interdisciplinaridade na formação docente, especialmente no contexto das exigências impostas pelo Novo Ensino Médio. Com base nos dados levantados, os resultados foram organizados em três eixos principais: a evolução e os desafios da interdisciplinaridade na formação docente; os entraves específicos para sua implementação; e as propostas para superar esses desafios e promover uma educação transformadora.

Movimentos e evolução da interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade emerge como uma resposta crítica à fragmentação do conhecimento, um fenômeno que ganhou força com a intensificação da especialização nas áreas do saber ao longo do século XX. Essa abordagem busca integrar diferentes campos do conhecimento, promovendo uma visão holística e contextualizada da realidade, capaz de atender às demandas complexas e multifacetadas da contemporaneidade. Para Japiassu (1976), a interdisciplinaridade caracteriza-se como uma interação efetiva entre disciplinas, na qual se compartilham conceitos, métodos e perspectivas, rompendo barreiras epistemológicas e criando novos modos de compreender e atuar no mundo. Fazenda (1995), por sua vez, destaca que a interdisciplinaridade não se restringe à articulação entre conteúdos, mas implica uma atitude pedagógica e epistemológica que valoriza o diálogo e a integração entre diferentes saberes, promovendo uma educação mais significativa e transformadora.

No Brasil, a interdisciplinaridade foi progressivamente incorporada aos discursos educacionais a partir das últimas décadas do século XX, ganhando maior ênfase com a promulgação de marcos legais e normativos que orientam a educação básica e a formação docente. Documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei nº 13.415/2017, que institui o Novo Ensino Médio, colocam a interdisciplinaridade como um eixo estruturante das práticas pedagógicas. A BNCC, por exemplo, apresenta a integração de competências e habilidades como uma premissa central, incentivando a articulação entre diferentes áreas do conhecimento para a formação integral dos estudantes. Da mesma forma, o Novo Ensino Médio propõe itinerários formativos que flexibilizam o currículo e oferecem aos alunos a possibilidade de trilhar percursos de aprendizado personalizados, baseados em seus interesses, necessidades e projetos de vida. Esses avanços normativos refletem um movimento em direção à superação de práticas educacionais fragmentadas, que historicamente marcaram o sistema educacional brasileiro.

Apesar dos avanços teóricos e legais, a interdisciplinaridade enfrenta desafios significativos para se consolidar como prática pedagógica efetiva. Entre os principais entraves, destaca-se a ausência de uma formação docente que capacite os professores para planejar e implementar práticas interdisciplinares no contexto escolar. Imbernón (2010) argumenta que os currículos dos cursos de licenciatura ainda são excessivamente disciplinarizados, o que limita a formação de professores com uma visão integrada e contextualizada do conhecimento. Esse modelo de formação perpetua a lógica da fragmentação curricular e dificulta a articulação entre as diferentes áreas do saber, comprometendo a efetividade das propostas interdisciplinares.

Outro desafio identificado é a resistência institucional, que se manifesta tanto em nível macro, com políticas educacionais pouco articuladas entre si, quanto em nível micro, com práticas enraizadas no cotidiano escolar que dificultam a colaboração entre professores de diferentes disciplinas. Moraes (2015) destaca que essa resistência está profundamente associada a uma cultura educacional que valoriza a especialização e a autonomia disciplinar em detrimento da colaboração e da integração de saberes. Essa perspectiva ainda predomina em muitas escolas, onde a interdisciplinaridade é frequentemente vista como um desafio adicional, e não como uma oportunidade para enriquecer o processo de ensino e aprendizagem.

Além disso, há uma lacuna significativa em relação às condições materiais e institucionais para a implementação de práticas interdisciplinares. A ausência de recursos didáticos

adequados, a sobrecarga de trabalho docente e a falta de tempo para planejamento conjunto entre professores dificultam a realização de atividades que integrem diferentes áreas do conhecimento. Esses fatores revelam a necessidade de uma articulação mais eficaz entre políticas públicas, formação docente e gestão escolar, de modo a criar condições que favoreçam a interdisciplinaridade como prática pedagógica cotidiana.

Portanto, embora a interdisciplinaridade tenha avançado nos discursos e normativas educacionais, sua efetivação no cotidiano escolar ainda enfrenta desafios substanciais. Para que esses obstáculos sejam superados, é necessário investir em uma formação docente que valorize a integração de saberes e prepare os professores para lidar com as demandas de um ensino interdisciplinar. Além disso, é fundamental que gestores educacionais e políticas públicas promovam a criação de condições institucionais que incentivem a colaboração entre professores e a utilização de metodologias integradoras. Somente por meio de um esforço coletivo e articulado será possível consolidar a interdisciplinaridade como prática pedagógica efetiva, capaz de transformar a educação brasileira em direção a um modelo mais inclusivo, contextualizado e alinhado às demandas do século XXI.

Desafios identificados

Os desafios para a implementação da interdisciplinaridade na formação docente são profundos e multifacetados, evidenciando entraves de natureza estrutural, formativa e cultural que limitam a consolidação dessa abordagem como prática pedagógica efetiva. Esses desafios foram agrupados em três categorias principais, cada uma destacando aspectos cruciais que requerem atenção para superar as barreiras que impedem o avanço de práticas interdisciplinares no sistema educacional brasileiro.

A primeira categoria refere-se à fragmentação curricular predominante nos cursos de licenciatura, uma característica estrutural que compromete a formação inicial dos professores. Historicamente organizados sob uma lógica disciplinarizada, os currículos das licenciaturas têm priorizado a especialização em áreas específicas de conhecimento em detrimento de uma visão integrada e contextualizada. Fazenda (1995) destaca que essa estrutura fragmentada não apenas limita a articulação entre saberes, mas também perpetua uma formação docente que carece de ferramentas teóricas e metodológicas para trabalhar de forma interdisciplinar. Freire (1996) reforça a necessidade de uma formação docente que ultrapasse a mera transmissão de conteúdos, colocando a interdisciplinaridade como eixo fundamental para uma educação emancipadora e conectada à realidade dos estudantes. Contudo, a persistência dessa fragmentação impede que os futuros professores desenvolvam competências para integrar conhecimentos e articular conteúdos de maneira significativa e contextualizada.

O segundo desafio identificado está relacionado à ausência de formação continuada que contemple a interdisciplinaridade como elemento central. Embora os programas de capacitação docente sejam reconhecidos como fundamentais para o aprimoramento das práticas pedagógicas, muitos deles permanecem focados em conteúdos específicos, desconsiderando a necessidade de formação para práticas interdisciplinares. Imbernón (2010) argumenta que essa lacuna é especialmente problemática no contexto das demandas do Novo Ensino Médio, que exige dos professores a capacidade de planejar e executar atividades que integrem diferentes áreas do conhecimento, alinhadas aos itinerários formativos e à flexibilização curricular. Sem uma formação continuada voltada para o desenvolvimento de habilidades interdisciplinares, os docentes enfrentam dificuldades para atender às exigências das reformas educacionais, perpetuando práticas fragmentadas e pouco conectadas à realidade dos estudantes.

O terceiro grande entrave é a resistência institucional e cultural, que permeia tanto as escolas quanto os sistemas educacionais em um sentido mais amplo. Essa resistência reflete-se na manutenção de estruturas rígidas que dificultam a colaboração entre professores de diferentes disciplinas, inviabilizando o trabalho coletivo necessário para a implementação da interdisciplinaridade. Moraes (2015) observa que, em muitas instituições de ensino, ainda

prevalece uma cultura de isolamento disciplinar, na qual cada professor é responsável apenas por sua área específica, sem incentivos ou condições para o planejamento conjunto de atividades pedagógicas interdisciplinares. Além disso, a resistência cultural também se manifesta na percepção de que a interdisciplinaridade é uma abordagem mais desafiadora e trabalhosa, exigindo mudanças significativas nas rotinas escolares e no planejamento pedagógico.

Esses desafios são amplificados pela falta de recursos e condições institucionais adequadas para promover práticas interdisciplinares. A ausência de tempo reservado para planejamento conjunto, a sobrecarga de trabalho dos professores e a escassez de materiais didáticos que incentivem a integração de saberes dificultam ainda mais a superação das barreiras existentes. Além disso, a falta de políticas públicas consistentes que incentivem e valorizem a interdisciplinaridade contribui para a perpetuação desse cenário de fragmentação e resistência.

Diante desses desafios, torna-se evidente que a implementação efetiva da interdisciplinaridade exige mudanças estruturais profundas, começando pela reestruturação dos currículos das licenciaturas para incorporar disciplinas e práticas voltadas à integração de saberes. É igualmente necessário investir em programas de formação continuada que priorizem a interdisciplinaridade como eixo central, oferecendo aos professores ferramentas teóricas e práticas para lidar com as demandas do Novo Ensino Médio. Finalmente, é fundamental promover uma mudança cultural nas escolas, incentivando a colaboração entre os docentes e criando condições institucionais que favoreçam o trabalho interdisciplinar. Somente por meio de um esforço coletivo, que envolva gestores educacionais, formuladores de políticas públicas e os próprios professores, será possível superar os entraves identificados e consolidar a interdisciplinaridade como uma prática pedagógica transformadora.

Propostas para uma educação transformadora

Diante dos desafios identificados para a implementação da interdisciplinaridade na formação docente e no sistema educacional brasileiro, algumas propostas emergem como alternativas viáveis e estratégicas para promover uma educação transformadora. Essas propostas, fundamentadas em teorias educacionais e experiências práticas, buscam criar condições para que a interdisciplinaridade deixe de ser apenas um conceito presente nos discursos e normativas e se torne uma prática pedagógica efetiva e consistente.

A primeira proposta está relacionada à reestruturação dos currículos dos cursos de licenciatura, que atualmente seguem uma lógica excessivamente disciplinarizada e compartimentalizada. Essa reorganização curricular deve priorizar a integração de saberes, incorporando disciplinas e práticas que incentivem a articulação entre diferentes áreas do conhecimento. Fazenda (1995) defende que essa mudança não deve se limitar à introdução de conteúdos interdisciplinares, mas deve envolver uma transformação na abordagem pedagógica e epistemológica dos cursos de formação docente. Para isso, é fundamental que os currículos das licenciaturas incluam módulos específicos sobre interdisciplinaridade, abordando tanto seus fundamentos teóricos quanto suas aplicações práticas. Além disso, a formação inicial deve oferecer aos futuros professores oportunidades de vivenciar práticas interdisciplinares por meio de projetos integradores, estágios supervisionados e atividades colaborativas, que os preparem para lidar com as demandas reais da sala de aula.

Outra proposta essencial é o fortalecimento da formação continuada, com foco em práticas pedagógicas interdisciplinares. A formação continuada, além de atualizar os conhecimentos dos docentes, deve capacitá-los para trabalhar com metodologias ativas e integradoras, que incentivem o diálogo entre diferentes disciplinas. Programas de capacitação devem incluir estratégias como projetos colaborativos, estudos de caso interdisciplinares e oficinas práticas, que permitam aos professores experimentar e aplicar os princípios da interdisciplinaridade em contextos reais de ensino. Conforme Imbernón (2010), a formação continuada desempenha um papel crucial na superação das limitações identificadas na formação inicial, oferecendo aos docentes ferramentas e recursos para desenvolver práticas pedagógicas mais integradoras e significativas.

Além das mudanças estruturais na formação docente, é imprescindível fomentar uma cultura de colaboração nas escolas, criando condições para que os professores possam trabalhar de forma coletiva e integrada. Essa proposta requer a criação de espaços institucionais que incentivem o planejamento conjunto, a troca de experiências e o desenvolvimento de projetos interdisciplinares. Esses espaços devem ser apoiados por políticas públicas que reconheçam e valorizem a interdisciplinaridade como eixo estruturante do ensino básico, oferecendo suporte técnico, financeiro e organizacional para sua implementação. Moraes (2015) destaca que o sucesso da interdisciplinaridade depende, em grande medida, da capacidade das escolas de promoverem uma cultura de trabalho colaborativo, na qual os professores de diferentes áreas possam compartilhar conhecimentos, discutir estratégias pedagógicas e desenvolver atividades integradoras.

Para viabilizar essas transformações, é necessário também investir na infraestrutura escolar, garantindo que as escolas disponham de recursos materiais e tecnológicos adequados para apoiar práticas interdisciplinares. A utilização de tecnologias educacionais, por exemplo, pode facilitar a integração de saberes, oferecendo plataformas que promovam a colaboração entre docentes e estudantes. Além disso, é essencial que os gestores educacionais incentivem e acompanhem a implementação de práticas interdisciplinares, promovendo um ambiente escolar que valorize a inovação pedagógica e a integração curricular.

Por fim, é importante ressaltar que a consolidação da interdisciplinaridade como prática pedagógica exige um esforço coletivo que envolva todos os atores do sistema educacional, incluindo professores, gestores, estudantes e formuladores de políticas públicas. Somente por meio de uma articulação integrada entre esses diferentes níveis será possível superar as barreiras existentes e promover uma educação que não apenas atenda às demandas do século XXI, mas também contribua para a formação de cidadãos críticos, reflexivos e engajados. Como aponta Freire (1996), uma educação transformadora requer coragem e compromisso para enfrentar os desafios e construir práticas pedagógicas que respeitem a pluralidade de saberes, promovendo a emancipação dos sujeitos envolvidos no processo educativo. A interdisciplinaridade, nesse sentido, não é apenas uma metodologia, mas uma filosofia de ensino que visa transformar a relação entre os diferentes campos do saber e, conseqüentemente, a própria prática educativa.

Perspectivas e implicações

Os resultados desta pesquisa destacam a urgência de promover mudanças profundas, tanto estruturais quanto culturais, no sistema educacional brasileiro, abrangendo desde a formação inicial até a continuada de professores. Essas mudanças são essenciais para consolidar a interdisciplinaridade como uma prática pedagógica efetiva e para alinhar o sistema educacional às demandas contemporâneas, particularmente no contexto das reformas introduzidas pelo Novo Ensino Médio. Embora os desafios identificados sejam complexos e multifacetados, as propostas apresentadas ao longo deste estudo demonstram que a interdisciplinaridade é uma abordagem viável, além de ser um componente estratégico para o sucesso das reformas educacionais.

A implementação de uma educação verdadeiramente interdisciplinar requer um esforço coletivo que envolva diferentes atores e níveis do sistema educacional. Instituições formadoras de professores desempenham um papel central nesse processo, uma vez que precisam reestruturar os currículos dos cursos de licenciatura para incorporar a interdisciplinaridade como eixo formativo, tanto em termos teóricos quanto práticos. Essa reestruturação deve ir além da inclusão de disciplinas específicas e promover uma revisão abrangente das metodologias de ensino, enfatizando práticas colaborativas, estudos de caso interdisciplinares e projetos integradores que preparem os futuros professores para a realidade complexa e plural das salas de aula.

No âmbito da formação continuada, os programas de capacitação devem ser repensados para atender às demandas específicas do Novo Ensino Médio, oferecendo aos professores

ferramentas práticas e teóricas que os capacitem a desenvolver atividades pedagógicas interdisciplinares. A formação continuada deve priorizar metodologias ativas e integradoras que incentivem o diálogo entre disciplinas e permitam aos docentes vivenciar os benefícios da interdisciplinaridade em suas próprias práticas profissionais. Além disso, a criação de comunidades de aprendizagem entre professores, gestores e outros agentes educacionais pode fortalecer o desenvolvimento de práticas interdisciplinares, promovendo uma cultura de colaboração e troca de experiências.

As escolas, como espaços privilegiados de implementação pedagógica, também precisam passar por transformações culturais e organizacionais para viabilizar a interdisciplinaridade. Isso inclui a criação de condições que favoreçam o planejamento conjunto entre professores de diferentes áreas, como a alocação de tempo específico para o trabalho colaborativo e o incentivo à construção de projetos integrados. Gestores escolares têm a responsabilidade de fomentar um ambiente de trabalho que valorize a integração curricular e ofereça suporte aos docentes na realização de práticas interdisciplinares, seja por meio de recursos materiais, tecnológicos ou por meio de formações específicas.

Além das mudanças institucionais, é indispensável um compromisso coletivo com a promoção de uma educação transformadora, que reconheça a pluralidade de saberes e valorize a construção coletiva do conhecimento. Nesse sentido, o pensamento de Freire (1996) oferece uma base teórica indispensável ao destacar que a educação deve ser entendida como um ato político e emancipador, fundamentado no diálogo e no respeito à diversidade de perspectivas. Para que a interdisciplinaridade se torne uma prática concreta e efetiva, é necessário que os atores do sistema educacional assumam um papel ativo na transformação das estruturas vigentes, reconhecendo o potencial integrador e emancipador dessa abordagem.

A interdisciplinaridade, como proposto neste estudo, vai além de ser uma metodologia pedagógica ou uma exigência normativa; ela é uma filosofia educacional que busca romper com a fragmentação do conhecimento e promover uma visão integrada e contextualizada do ensino. A sua consolidação no contexto educacional brasileiro depende de políticas públicas consistentes e articuladas, que não apenas incentivem a interdisciplinaridade, mas também garantam os recursos e condições necessários para sua implementação efetiva. Esse esforço deve ser contínuo e sistêmico, envolvendo não apenas gestores e professores, mas também estudantes, famílias e a comunidade em geral.

Portanto, a interdisciplinaridade deve ser vista como um caminho viável e necessário para transformar a educação brasileira, tornando-a mais alinhada às exigências do século XXI. Ao articular saberes e promover o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, essa abordagem tem o potencial de formar cidadãos críticos, reflexivos e capazes de enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais complexo e interconectado. No entanto, sua implementação exige não apenas mudanças estruturais e culturais, mas também uma mudança de mentalidade que reconheça a educação como um espaço de transformação e emancipação. Assim, como enfatiza Freire (1996), a educação interdisciplinar deixa de ser apenas uma proposta teórica e se transforma em um ato político, concreto e transformador, capaz de promover a emancipação dos sujeitos e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo dedicou-se a uma análise aprofundada dos movimentos e desafios relacionados à interdisciplinaridade na formação docente, com especial atenção às demandas e oportunidades impostas pelo Novo Ensino Médio. A partir de uma revisão bibliográfica fundamentada em autores clássicos e contemporâneos, além de documentos normativos e oficiais, foi possível sistematizar e compreender as múltiplas dimensões que envolvem a implementação da interdisciplinaridade como eixo central de uma educação transformadora. Os resultados confirmaram a relevância dessa abordagem como ferramenta para superar a

fragmentação do conhecimento e para alinhar as práticas educacionais às demandas de um mundo complexo, interconectado e em constante transformação.

O estudo evidenciou que a interdisciplinaridade, apesar de amplamente reconhecida como uma abordagem inovadora e promissora, enfrenta barreiras significativas para sua consolidação no contexto educacional brasileiro. Entre os principais desafios identificados, destacam-se a fragmentação curricular que predomina nos cursos de licenciatura, a insuficiência de programas de formação continuada voltados para práticas interdisciplinares e a resistência institucional às mudanças pedagógicas propostas. Essa resistência, muitas vezes associada a uma cultura escolar tradicionalista, limita a colaboração entre diferentes áreas do saber e perpetua modelos de ensino compartimentalizados, incapazes de atender às necessidades contemporâneas da sociedade e do mercado de trabalho.

Por outro lado, o estudo também revelou caminhos promissores para a consolidação da interdisciplinaridade como prática pedagógica efetiva. Uma das estratégias centrais discutidas foi a necessidade de reestruturar os currículos dos cursos de formação inicial e continuada, incorporando práticas pedagógicas que estimulem a integração de saberes e ofereçam aos futuros professores experiências concretas de trabalho interdisciplinar. A criação de espaços colaborativos entre docentes de diferentes áreas do conhecimento também foi apontada como essencial para promover a troca de experiências, o planejamento conjunto e a construção de projetos pedagógicos integradores. Além disso, o fortalecimento de políticas públicas que incentivem e valorizem a interdisciplinaridade é indispensável para que essa abordagem deixe de ser uma proposta teórica e se torne uma prática pedagógica amplamente adotada.

O estudo ressaltou ainda a urgência de alinhar a formação docente às demandas contemporâneas do ensino, especialmente no contexto das reformas introduzidas pelo Novo Ensino Médio. A flexibilização curricular e a introdução de itinerários formativos exigem dos professores competências para integrar saberes, articular conteúdos e planejar atividades que dialoguem com a realidade dos estudantes, promovendo uma aprendizagem significativa e contextualizada. Para isso, é necessário que as políticas públicas garantam os recursos materiais, tecnológicos e humanos indispensáveis à implementação de práticas interdisciplinares.

Embora a metodologia qualitativa utilizada tenha se mostrado adequada para a sistematização e análise das contribuições teóricas sobre o tema, o estudo reconhece suas limitações, sobretudo no que diz respeito à ausência de dados empíricos que permitam avaliar a aplicação prática da interdisciplinaridade no cotidiano escolar. Pesquisas futuras poderão complementar esses achados por meio de investigações empíricas, como estudos de caso, entrevistas com professores e gestores, e análises quantitativas que explorem a percepção dos diferentes atores envolvidos no processo educacional. Essas pesquisas poderão oferecer insights valiosos sobre as condições necessárias para a implementação efetiva da interdisciplinaridade e sobre os impactos dessa abordagem na qualidade do ensino e na aprendizagem dos estudantes.

As contribuições deste estudo alinham-se à necessidade urgente de promover uma educação mais integrada, crítica e transformadora, na qual a interdisciplinaridade seja não apenas uma metodologia, mas um princípio estruturante do sistema educacional. Para o contexto brasileiro, o estudo oferece subsídios relevantes para o aprimoramento das políticas públicas, dos programas de formação docente e das práticas pedagógicas, reafirmando o papel do professor como agente de mudança social e mediador do processo de aprendizagem. Como destaca Freire (1996), a educação deve ser um ato político e emancipador, baseado no diálogo, no respeito à pluralidade e na construção coletiva do conhecimento.

Conclui-se, portanto, que a interdisciplinaridade é essencial para que o Novo Ensino Médio alcance seu potencial transformador, demandando esforços coletivos e contínuos de toda a comunidade educacional. Para que essa transformação se concretize, é necessário que instituições formadoras, escolas, gestores públicos, professores e estudantes assumam

um compromisso compartilhado com a promoção de práticas pedagógicas integradoras e com a construção de um sistema educacional que valorize a pluralidade, a colaboração e a criatividade. Somente por meio de um esforço conjunto será possível superar os desafios identificados e consolidar a interdisciplinaridade como um pilar central de uma educação capaz de formar cidadãos críticos, autônomos e preparados para enfrentar os desafios do século XXI.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF: MEC, 17 fev. 2017.

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. **São Paulo: Loyola, 1995.**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. **São Paulo: Paz e Terra, 1996.**

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. **São Paulo: Cortez, 2010.**

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MORAES, Maria Cândida de. **Interdisciplinaridade na prática educacional**. **São Paulo: Papirus, 2015.**

PACHECO, José Augusto. **Currículo e interdisciplinaridade: fundamentos e práticas**. Porto Alegre: Artmed, 2008.